

Direito

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E RECURSOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE NORMATIVA

Marcos Vinicius Alexandre - 6º módulo de Direito, UFLA, bolsista pela FAPEMIG.

Ana Luiza Garcia Campos - Orientadora DIR, UFLA. - Orientador(a)

Gabriela Cristina Braga Navarro - Coorientadora DIR, UFLA.

Pedro Ivo Ribeiro Diniz - Coorientador DIR, UFLA.

Resumo

O Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detém cerca de 12% da reserva de água mundial, assim como é responsável por mais da metade dos reservatórios hídricos na América do Sul. Nesse sentido, com o advento de um direito ambiental que visa um desenvolvimento sustentável da sociedade, vale explorar o mecanismo da compensação financeira que rege o uso desse bem. Isso posto, o projeto de pesquisa que é financiado pela FAPEMIG é intitulado como “serviços ambientais e disponibilidade hídrica: uma análise normativa da compensação a municípios pela exploração e restrição do uso de recursos hídricos e do seu potencial como instrumento de desenvolvimento socioambiental local”. Dessa maneira, ocorreu a análise dos projetos de lei e das políticas de recursos hídricos nacional e mineira com o objetivo de examinar o instituto da compensação financeira, bem como pesquisar acerca de seus fundamentos jurídicos em cada um dos diplomas normativos e do momento de seu surgimento. Para fins da pesquisa, foi adotada a análise qualitativa de fontes primárias, como os documentos que geraram as políticas de recursos hídricos (nacional e estadual referente ao estado de Minas Gerais), os relatórios de cada uma das comissões e as atas de reuniões. Além disso, também foram analisados documentos que contaram com a participação da sociedade civil e de técnicos da área, como o seminário legislativo “águas de minas”, denotando a ampla participação de diversos setores da sociedade. Posteriormente, a fim de aumentar a compreensão dos pesquisadores, também foi realizada uma entrevista com um dos secretários de recursos hídricos que acompanhou o processo de tramitação da política nacional de recursos hídricos. A presente pesquisa ainda está em andamento, mas já existem resultados parciais como a submissão de um artigo para a “Revista Mineira de Recursos Hídricos”. Tal artigo, explorou uma análise histórica da aprovação da política mineira de recursos hídricos, examinando cada legislação que já tratou sobre esse tema. Ademais, também foi constatado durante o exame dos documentos que a análise histórica não será suficiente para encontrar o fundamento jurídico do instituto da compensação financeira. Diante do exposto, a presente pesquisa examinará nos próximos meses a análise da natureza jurídica da compensação financeira, a fim de se obter o resultado almejado.

Palavras-Chave: Legislação, Direito a água, Desenvolvimento sustentável.

Instituição de Fomento: FAPEMIG

Link do pitch: <https://youtu.be/4AmsTmBcRCM>